

RECIBO

R\$ 4.100,00

Recebemos do Deputado Federal Antônio Ribeiro (FREI ANASTÁCIO), brasileiro, solteiro, Frei, Deputado Federal, inscrito no CPF nº 131.636.634-00, RG nº 540.475 SS DS, com escritório político na Praça Dom Adauto, 13, Centro, João Pessoa-PB, Cep 58.010-670, a importância de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), Serviço de assessoria jurídica e análise da PEC 24/2019 - Acrescenta inciso V ao § 6º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para excluir despesas de instituições federais de ensino, nos termos especificados, da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias.

REQ 1653/2022 - Requeremos, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.053 de 2022, "que institui o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé."

REQ 1664/2022 - Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação imediata do Projeto de Lei nº 2438, de 2022, que "Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no Inciso XV do art. 48 da Constituição Federal".

REQ 1075/2022 - Requer regime de urgência para apreciação do PL 4129/2021.

REQ 871/2022 - Com base no art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência para a apreciação do PL nº 1949, de 2007.

REQ 1647/2022 - Requer dispensa do interstício regimental entre o primeiro e o segundo turno de deliberação da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2022.

OBJ 3/2022 - Eleição dos Membros da Câmara dos Deputados que comporão a Comissão Representativa do Congresso Nacional para o período de 23 de dezembro de 2022 a 31 de janeiro de 2023 (Art. 58, § 4º da Constituição Federal)".

PL 9793/2018 - Altera a Lei 12669/2012 para promover garantias mínimas ao produtor de leite nacional. NOVA EMENTA: Institui a Política Nacional de Apoio e Incentivo à Pecuária Leiteira (PNAPL); e altera as Leis nºs 12.669, de 19 de junho de 2012, e 13.860, de 18 de julho de 2019.

PL 201/2022 - Acrescenta art. 1.669-A na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, de forma a excluir da comunhão universal o cônjuge que houver sido autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra o outro cônjuge. NOVA EMENTA: Acrescenta o art. 1.669-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para excluir da meação os bens particulares trazidos para o casamento ou para a união estável, independentemente do regime de bens, quando o cônjuge falecido houver sido vítima de homicídio doloso ou tentativa de homicídio pelo outro cônjuge.

PL 4783/2020 - Institui, em todo o território nacional, o Código de Defesa do Empreendedor. NOVA EMENTA: Institui o Código de Defesa do Empreendedor, e altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

PL 2439/2022 - Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República e dá outras providências.


PL 2440/2022 - Fixa o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e estabelece, para os membros da DPU, o percentual de escalonamento de que trata o Inciso V do art. 93 da Constituição. NOVA EMENTA: Fixa o subsídio do Defensor Público-Geral Federal; estabelece o percentual de escalonamento de que trata o inciso V do caput do art. 93 da Constituição Federal para os membros da Defensoria Pública da União; e revoga dispositivos e anexos da Lei nº 13.412, de 29 de dezembro de 2016.

PL 2441/2022 - Altera a Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2016, que dispõe sobre

as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.  
NOVA EMENTA: Altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2016, para reajustar a remuneração das carreiras dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário da União.  
PL 2923/2022 - Altera a Lei nº 14.377, de 22 de junho de 2022, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Provimento Efetivo dos Servidores da Defensoria Pública da União; fixa o valor de suas remunerações; e dá outras providências. NOVA EMENTA: Altera a Lei nº 14.377, de 22 de junho de 2022, para reajustar a remuneração dos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da Defensoria Pública da União e dos cargos em comissão e das funções de confiança da Defensoria Pública da União.  
PL 2955/2022 - Altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, para reajustar as remunerações dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União. NOVA EMENTA: Altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, para reajustar a remuneração dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.  
PL 2438/2022 - Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no Inciso XV do art. 48 da Constituição Federal. NOVA EMENTA: Fixa o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do caput do art. 48 da Constituição Federal; e dá outras providências.  
PL 2053/2022 - Institui o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé.  
PL 1422/2019 - Institui o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos, altera dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e dá outras providências. NOVA EMENTA: Altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.  
PL 4513/2020 - Institui a Política Nacional de Educação Digital e insere dispositivos no art. 4º da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional. NOVA EMENTA: Institui a Política Nacional de Educação Digital; altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003; e dá outras providências., dos dias 01 à 31 de janeiro de 2023.

Para que produza os efeitos desejados, firmamos o presente recibo.

João Pessoa, 23 de janeiro de 2023.

  
Aldaris Dawsley e Silva Junior

10581 OAB/PB

CPF nº 022 343.064-18



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DE RECEITA MUNICIPAL  
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

NÚMERO  
1000207

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO  
VYFTPOL1Q

DATA DA EMISSÃO	COMPETÊNCIA	DADOS BÁSICOS			
23/01/2023	23/01/2023	ISS A RETER	Nº DO RPS	Nº DA NFS-e SUBSTITUIDORA	Nº DA NFS-e SUBSTITUÍDA
		Não			

PRESTADOR DOS SERVIÇOS					
NOME / NOME EMPRESARIAL			NOME DE FANTASIA		
CAVALCANTI, ALDARIS, MEIRELES & TARGINO ADVOGADOS					
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	EXIGIBILIDADE TRIBUTÁRIA	Nº DO PROCESSO	OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL	CPF / CNPJ	
1163001	Exigível		Sim	12.984.976/0001-63	
LOGRADOURO			OPTANTE PELO SIMEI	Nº	
AV COREMAS			Não		
COMPLEMENTO			NÚMERO		
			1017		
MUNICÍPIO	BAIRRO				
João Pessoa	JAGUARIBE				
CEP	ESTADO		PAÍS		
58015-087	PB		BRASIL		
TELEFONE	E-MAIL				
(83) 3242-3526	advocacia.camt@gmail.com				

TOMADOR DOS SERVIÇOS			
NOME / NOME EMPRESARIAL		CPF / CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
ANTONIO RIBEIRO		131.636.634-00	
LOGRADOURO			NÚMERO
Praça Dom Adauto			13
COMPLEMENTO	BAIRRO		
	Centro		
MUNICÍPIO	ESTADO		PAÍS
João Pessoa	PB		BRASIL
CEP	TELEFONE	E-MAIL	
58010-670			

ITEM DA LISTA DE SERVIÇOS	SERVIÇOS PRESTADOS
17.14 - Advocacia	

DESCRIÇÃO DETALHADA  
Referente à Prestação de serviços advocatícios ao Senhor: Antonio Ribeiro (DEPUTADO FEDERAL FREI ANASTÁCIO), conforme recibo em anexo.

OBRA VINCULADA - CONSTRUÇÃO CIVIL

LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS		
MUNICÍPIO	ESTADO	PAÍS
João Pessoa	PB	BRASIL

VALORES			
VALORES BÁSICOS			
VALOR DOS SERVIÇOS	DESCONTO INCONDICIONADO	DESCONTO CONDICIONADO	DEDUÇÃO LEGAL
R\$ 4.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RETENÇÕES DE TRIBUTOS FEDERAIS			
PIS	COFINS	INSS	IR
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		CSLL	
		R\$ 0,00	
VALORES COMPLEMENTARES			
OUTRAS RETENÇÕES	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	ISS
R\$ 0,00			
			VALOR LÍQUIDO
			R\$ 4.100,00

USO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA  
Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Não gera direito a crédito fiscal de IP1.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES